

Coordenação de Armino Rodrigues

Repensar a ação humana no Ambiente: uma preocupação ética

Autora:
Magda Costa Carvalho

Já não é nova a constatação de que o modo como o ser humano se insere na realidade que o rodeia mudou vertiginosamente nos últimos 50 anos. Muito por força de um aparato tecnológico irrecusável, as mais diversas áreas da nossa atividade revestem-se hoje de uma parafernália instrumental. Este fenómeno é particularmente visível na nossa relação com a natureza, mediante formas cada vez mais agressivas de consumo dos recursos naturais, criando-se difíceis dilemas éticos. Um discurso de autoexclusão deste modo de vida, que fez época há algumas décadas, já não colhe adeptos, sobretudo pela ingenuidade e inoperância das suas propostas. Recusar a tecnologia, vendo nela a causa dos males da civilização, não só não resolve o problema, como nos deixa mais desprotegidos face à gravidade da situação. A tecnologia... ou será uma aliada na resolução da crise ambiental contemporânea... ou nada será, porque mesmo as opções apresentadas como solução têm de ser ponderadas e criticamente analisadas (nalguns casos, não o têm sido e teme-se que, como diz o povo, seja pior a emenda do que o soneto).

Em termos ambientais, os avanços da ciência e da técnica trazem-nos dificuldades na gestão da temporalidade. O grande dilema que criámos prende-se com o ritmo a que as inovações tecnológicas acontecem, numa aceleração que ultrapassa o tempo próprio da natureza.

O que quer isto dizer? Que a natureza se rege por uma escala temporal contada em milhares, e por vezes até milhões, de anos, em idades geológicas e ciclos evolutivos de muito longo prazo. E a Humanidade, por seu lado, urdiu um tempo que se mede em horas, minutos, segundos, nanosegundos,... nele inscrevendo as mais diversas atividades quotidianas, grande parte delas dependentes da exploração de recursos ambientais. São, portanto, dois ritmos distintos que, obviamente, não se harmonizam.

Este tem sido o contexto justificativo do desenvolvimento da

Ética Ambiental enquanto área filosófica que repensa a ação humana no contexto das profundas transformações técnico-científicas. As mudanças produzidas pela crise do Ambiente foram de caráter estrutural, o que afetou qualitativamente o modo como nos posicionamos no mundo natural que nos rodeia.

“Quais os nossos deveres, depois de verificarmos que a nossa ação tem impactos insuspeitados e irreversíveis?” – tem sido esta a questão colocada, a partir das últimas décadas do século XX, pela Ética Ambiental. O entusiasmo perante o progresso deu lugar a um sólido movimento de crítica a modos de ser e de estar incompatíveis com uma relação saudável com a natureza. O modelo tradicional *antropocêntrico*, que atribuía valor próprio apenas aos seres humanos, foi identificado como a fonte dos desvios ambientais por instrumentalizar a natureza.

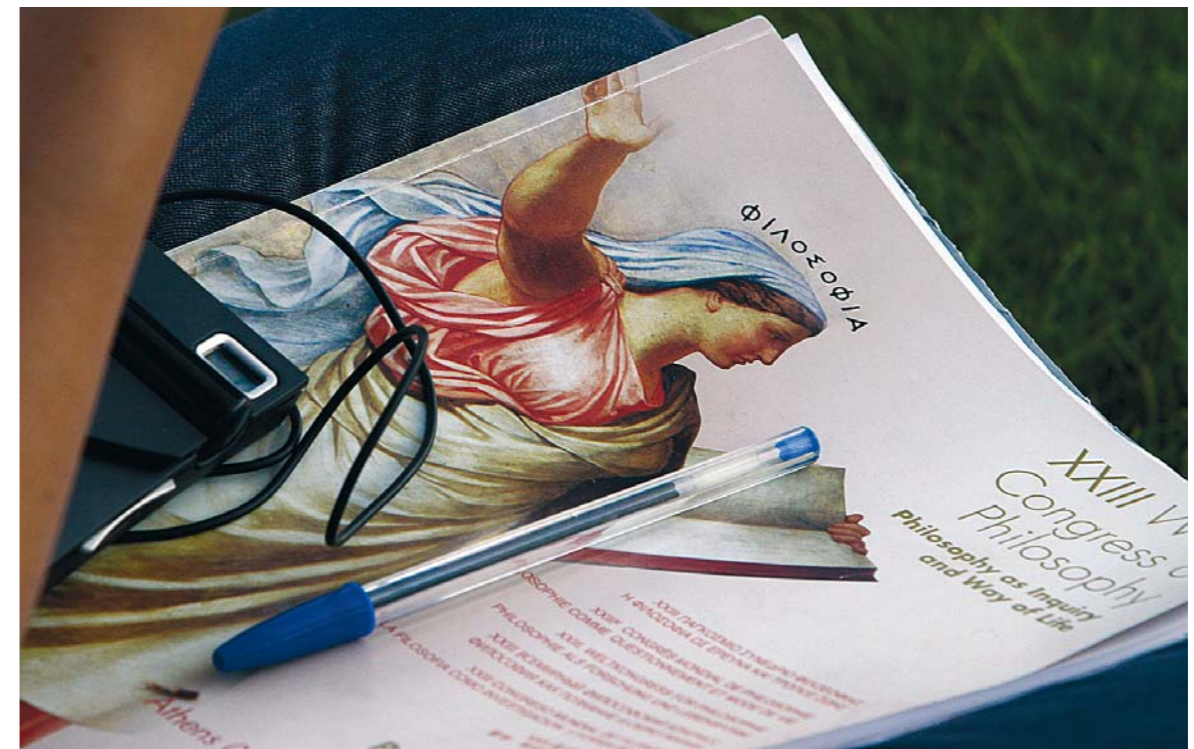
E as alternativas surgiram como promessas para um mundo novo: o *ecocentrismo* sugere que é a capacidade autoreguladora dos ecossistemas o que deve ser protegido da tirania humana. O *biocentrismo* orienta-se pela promoção do valor de todo e qualquer ser vivo individualmente considerado. O *zoocentrismo* chama a atenção para a necessidade de desmistificar preconceitos que sobrevalorizam a espécie humana perante animais com capacidades similares e que, por isso, merecem idêntica consideração ética.

Mas se todas estas alternativas trouxeram o benefício de nos obrigarem a repensar uma postura comprometida de *um futuro autenticamente humano sobre a Terra*, citando o filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993), acabaram por polarizar as discussões, exigindo uma opção injusta entre o modo de vida humana e a proteção da natureza. Escolha, afinal, ingénua e absurda, que prolongou numa inoperância teórica a gravíssima crise ambiental do final de século.

Felizmente, o terceiro milénio chegou com uma renovada



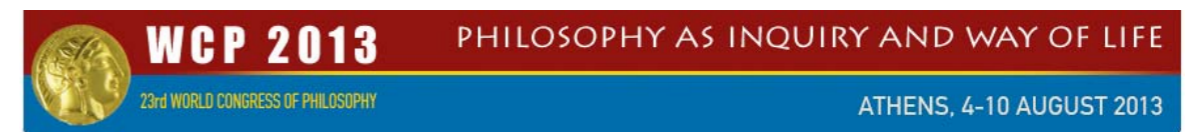
Coordenação de Armino Rodrigues



postura perante o Ambiente, trazendo outros enquadramentos éticos do lugar do ser humano e da sua intervenção na natureza. Destacamos a perspetiva da *diversidade biocultural*, movimento iniciado por Luisa Maffi e pela organização Terralingua. Recusando o redutor binómio Natureza/Cultura, Maffi defende que a maior crise a que assistimos no mundo contemporâneo não é a de depleção da biodiversidade, mas a da extinção da diversidade biocultural, isto é, do património da vida em todas as suas manifestações (biológica, cultural e linguística).

Ambiente, Cultura e Linguagem constituem o tripé sob o qual deve assentar a reconfiguração da ação humana porque a proteção do Ambiente não se faz sem a salvaguarda daquilo que é específico do nosso modo de estar no mundo. E, sobretudo, porque as manifestações culturais não surgiram desligadas da natureza, mas constituem-se como suas adaptações: se não salvamos a cultura, não salvamos a natureza. Daí a necessidade de retomarmos sabedorias ancestrais, enriquecendo-as com as aprendizagens dos nossos tempos, numa simbiose harmónica entre o fazer, o ser e o dever.

23º Congresso Mundial de Filosofia



De 4 a 10 de agosto decorreu, na Universidade de Atenas, o 23º Congresso Mundial de Filosofia. Foram cerca de 1000 as comunicações apresentadas por especialistas dos 5 continentes. Entre o público, estiveram mais de 4000 pes-

soas. O Center for Environmental Philosophy, da Universidade do North Texas (EUA), organizou um painel neste Congresso, intitulado *International Perspectives on Environmental Ethics*, com especialistas de África, Ásia,

América Latina, América do Norte e Europa. Portugal esteve representado por Magda Costa Carvalho, da Universidade dos Açores, com a comunicação *Perspectives on Environmental Ethics: A Portuguese approach*.